

É difícil fazer a medicina integral, que evitaria doenças em metade da população, porque ela envolve ações de infraestrutura como saneamento básico, condições de habitação segura e educação, que são deficientes no País, afirma professor da USP

“O Brasil criou um sistema de saúde teoricamente muito adequado. O SUS (Sistema Único de Saúde) tem três aspectos importantes: universalização, integralidade e equidade. Ele também prevê uma hierarquização da saúde com um sistema de atendimento primário para os problemas mais simples; secundário, para doenças de nível médio; e terciário, para casos mais complicados. Prevê ainda descentralizar e promover um controle social sobre a saúde. Isso tudo é importante e está escrito em qualquer revistinha do SUS, mas é aí que começam os problemas porque nada saiu do papel.

A ideia de promover a universalização, que diz que todo mundo tem direito à saúde, é altamente democrática. A integralidade implica em fazer prevenção, ações de proteção à saúde, educação e o tratamento da saúde propriamente dito. A equidade é um princípio muito justo e sobre o ponto de vista social é melhor que a igualdade porque agrega justiça. Num país com as dimensões do Brasil, a descentralização significa que não se pode tomar todas as decisões somente em Brasília porque isso não vai ajudar uma pequena cidade onde estão querendo um posto de saúde e, de repente, se monta um hospital para fazer cirurgia cardíaca. O controle social é um mecanismo perfeito porque a sociedade vigia e controla todas essas ações. Mas todos os princípios do Sistema Único de Saúde foram violados.

O Brasil tem três sistemas de saúde: o público, que é responsável por 75% dos atendimentos; o complementar, que são as seguradoras de saúde que atendem a 20% da população; e o sistema privado, que atende 5%. Os sistemas privado e complementar, muitas vezes, sobrecarregam o SUS, principalmente com os procedimentos mais caros, com a desculpa de que o governo tem que dar atendimento universal. O sistema complementar é perverso, pois cobra gordas mensalidades e transfere os problemas de alto custo para o SUS. A universalidade acaba sendo injusta.



FOTO: CARLA ROBERTO / AGENCIA O GLOBO

Miguel Srougi

PROFESSOR TITULAR DE UROLOGIA DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP

“O Brasil tem três sistemas de saúde: o público, o privado e o complementar”

A integralidade reúne prevenção e tratamento, mas os epidemiologistas dizem que 45% das doenças do cotidiano da população brasileira são evitáveis, que surgem por falta de infraestrutura, de educação, de higiene, de alimentação precária. Os outros 55% são as doenças inevitáveis em qualquer nação, como o câncer. Para atender bem a população, são necessárias ações em prevenção e tratamento. Então, é muito difícil fazer a medicina integral, que evitaria doenças em metade da população, porque ela envolve ações de infraestrutura como saneamento básico, água potável, condições de habitação segura, educação, que são deficientes no País.

Mas o governo federal destina menos de 2% do PIB (Produto Interno Bruto) para a saúde. Em 2010, foram R\$ 55 bilhões, enquanto os Estados Unidos investiram 13% de um PIB de US\$ 13 trilhões, e ainda assim a população americana reclama. Com o financiamento brasileiro, não é possível fazer nada. O País tem 9º PIB mundial, é considerado uma das nações mais desenvolvidas quando se fala em PIB, mas quando se analisa o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) está na 73ª posição. Isso significa que existe o dinheiro, porém a saúde, a educação e outros direitos básicos da população estão sendo negligenciados.

A descentralização é muito inteligente porque o certo seria que cada pequena cidade definisse quais são suas necessidades na saúde para criar um sistema. Mas ela é desrespeitada porque o governo central recentralizou por motivos políticos. O último preceito do SUS que não funciona é o controle social, por motivos óbvios. O SUS preconiza que cada cidade tem que ter um conselho comunitário de saúde formado pelos cidadãos, mas houve um domínio político desses conselhos. Nenhum dos preceitos do SUS funcionam.

Outras ações precisariam ser adotadas e uma delas é valorizar a classe médica. Quase 60% dos médicos brasileiros têm três ou mais empregos porque ganham mal. Outra medida é melhorar a formação médica. O Brasil tem atualmente 170 escolas médicas e os Estados Unidos, com população 30% maior, têm 120. Não é ruim ter muitas escolas, mas elas têm que ter um critério mínimo de qualidade para defender a sociedade.”